

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-02-18

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Barroso, L. (2018). A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça na estratégia intervencionista. *Ler História*. 72, 129-149

Further information on publisher's website:

10.4000/lerhistoria.3524

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Barroso, L. (2018). A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça na estratégia intervencionista. *Ler História*. 72, 129-149, which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.4000/lerhistoria.3524>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Ler História

72 | 2018 :

Varia

Artigos

A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça na estratégia intervencionista

The Great War in Angola: the Military Expeditions of Alves Roçadas and Pereira D'Eça on the Political Strategy of Interventionist Wing

La Grande Guerre en Angola: l'expédition d'Alves Roçadas et Pereira D'Eça dans la stratégie du groupe interventionniste

LUÍS BARROSO

p. 129-149

Resumos

Português English Français

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a dimensão política e a dimensão militar das expedições de Alves Roçadas (1914) e de Pereira D'Eça (1915) a Angola, no âmbito da participação de Portugal na Grande Guerra. A maioria da bibliografia existente analisa essencialmente a dimensão militar daquelas duas expedições, deixando de parte a dimensão política. Depois de analisarmos as fontes documentais relativas às mais importantes personagens da ala “intervencionista” no governo português, consideramos que aquelas expedições foram utilizadas para servir objetivos políticos para forçar a Grã-Bretanha a aceitar a participação de Portugal na frente europeia. Enviar forças de efetivo considerável para Angola, logo no início de setembro de 1914, aumentava a probabilidade de um confronto militar com os alemães e demonstrava à Grã-Bretanha que Portugal era capaz de mobilizar milhares de homens com o apoio incondicional da população. Desta forma, a ala “intervencionista” mascarava o seu estratagema que tinha como finalidade criar o máximo de incidentes para forçar a beligerância na Grande Guerra.

This article analyses the relationship between political and military dimensions of Alves Roçadas (1914) and Pereira D'Eça (1915) expeditions to Angola during the Portuguese commitment in the context of the Great War. Existing bibliography focus mainly on the military aspects of those expeditions as the cases of Naulila combat against Germans and pacification campaign in southern Angola, giving little attention to political dimension

analysis. By analysing documentation of some prominent Portuguese Government “interventionist” wing members, I consider that these expeditions were used to perform the objectives of the “interventionist” wing as a means of belligerence in Europe. Sending military expeditions to Angola in early September 1914 increased the probability of military confrontation with Southwest Africa Germans, demonstrated to Great Britain the Portuguese ability to mobilize thousands of soldiers with short notice and could garner unconditional population support, which were essential factors to the “interventionist” wing strategy.

Cet article analyse les relations entre les dimensions politiques et militaires des expéditions de Alves Roçadas (1914) et Pereira d'Eça (1915) en Angola pendant l'engagement portugais lors de la Grande Guerre. La bibliographie existante se concentre essentiellement sur les aspects militaires de ces expéditions comme le combat de Naulila contre les Allemands et la campagne de pacification dans le sud de l'Angola, donnant peu d'attention à l'analyse de leur dimension politique. En analysant la documentation des membres des gouvernements portugais liés au groupe «interventionniste», je considère que ces expéditions étaient utilisées pour poursuivre les objectifs de ce groupe dans le cadre du conflit en Europe. L'envoi des expéditions militaires en Angola au début du mois de septembre 1914 a augmenté les probabilités de confrontation militaire avec les Allemands d'Afrique du Sud-ouest, démontrant à la Grande Bretagne la capacité portugaise à mobiliser des milliers de soldats, tout en recevant le soutien incondicional de la population, facteurs essentiels de la stratégie du groupe «interventionniste».

Entradas no índice

Mots-clés : Grande Guerre, Angola, Alves Roçadas, Pereira D'Eça

Keywords : Great War, Angola, Alves Roçadas, Pereira D'Eça

Palavras chaves : Grande Guerra, Angola, Alves Roçadas, Pereira D'Eça

Texto integral

- 1 Em dezembro de 1914, uma força alemã liderada pelo major Viktor Franke desbaratou uma força portuguesa ancorada no Forte de Naulila, no sul de Angola, comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas. A mestria tática de Franke, a melhor organização e o moral mais elevado dos alemães impuseram uma pesada derrota aos portugueses e a retração do dispositivo militar que tinha sido instalado a muito o custo desde o início do século XX. A retirada dos portugueses para o planalto do Huíla deu alento a novas sublevações na região e demonstrou a sua incapacidade em combater forças regulares. Para os alemães, a retração do dispositivo militar português e consequente generalização da sublevação da população indígena no sul de Angola minimizava a possibilidade de ter de combater em duas frentes, uma vez que a sua atenção estava focada na defesa da fronteira sul da colónia contra as tropas da coligação anglo-sul-africana.
- 2 Ao nível estratégico-militar, o desastre militar de Naulila resultou de uma assimetria de objetivos e de forças entre os dois contendores. Para o governo português, tratava-se de enviar uma expedição que evitasse o embaraço político de não ter forças no sul de Angola no caso de confronto entre alemães e britânicos junto à fronteira, mesmo considerando como pouco provável uma ação militar organizada por parte dos alemães contra Angola. Além do mais, a presença militar na região deveria mitigar a insurreição latente dos povos do Cuanhama e do Cuamato, fortemente influenciados pelos colonos alemães do Sudoeste Africano e pelo insucesso de anteriores campanhas de pacificação. Para os alemães, a presença de uma força militar no sul de Angola era uma razão suficiente para reear a abertura de uma segunda frente a norte da colónia. O corte de comunicações com a Alemanha e a publicidade feita pelos jornais portugueses em relação ao envio da expedição de Alves Roçadas levaram os alemães a decidir atacar as forças portuguesas em Naulila para obrigar a uma retirada e incentivar os indígenas à revolta, minimizando a ameaça de uma segunda frente. Além do mais, a incapacidade portuguesa em impor a soberania na região podia ser usada para reclamar parte do território português, uma vez

decidida a guerra na Europa (Barroso 2015).

- 3 A bibliografia produzida sobre o empenhamento de Portugal em Angola na Grande Guerra é essencialmente dedicada aos aspetos militares relacionados com o combate de Naulila, que é descrito como um ataque punitivo resultante de uma vingança pela morte da maioria dos efetivos de uma patrulha alemã. Max Baericke (1981), Gerald L'Ange (1991) e Marco Arrifes (2004) consideram-no uma ação de nível tático entre alemães e portugueses, mas sem grande valor militar. John Cann (2010) estuda a batalha de Naulila com detalhe ao nível tático, operacional e estratégico, enquadrando-a como uma opção do governo português relacionada com as desconfianças em relação às pretensões alemãs e britânicas. Conclui que o esforço e o risco corrido pelos alemães acabaram por não ter qualquer impacto no destino do Sudoeste Africano alemão. Mais recentemente, Miguel Freire (2015) analisa o combate de Naulila com o objetivo de retirar ilações de âmbito militar que possam ser utilizadas na atualidade. Ao nível político, Severiano Teixeira (1996) considera a ação militar em Angola, em conjunto com Moçambique, como uma das mais importantes dimensões para a entrada de Portugal na Grande Guerra, embora a defesa das colónias, por si só, não fosse suficiente para desencadear a beligerância na Europa que o governo português tanto desejava contra a vontade dos britânicos.
- 4 Quando, em 18 de agosto de 1914, o tenente-coronel Alves Roçadas foi designado comandante da expedição pelo ministro da Guerra, o general Pereira D'Eça, ambos sabiam que o Exército não tinha capacidade de lidar com a ameaça alemã em Angola. Apesar disso, num curtíssimo espaço de tempo foi preparada e enviada uma expedição com limitações de força e regras de empenhamento restritas, que amputavam a iniciativa do comandante, a fim de evitar qualquer incidente internacional. A ideia de entrar na guerra, com um pretexto conveniente, cresceu no seio do governo português mesmo sabendo que as manifestações em apoio dos aliados realizadas em Lisboa poderiam não corresponder à verdadeira vontade popular. O governo acreditava que estar ao lado da Grã-Bretanha na guerra lhe traria benefícios políticos essenciais. Estar ao lado dos vencedores adiava, pelo menos, o problema das pretensões alemãs e britânicas. Consolidava-se o reconhecimento da república, colocando o país em pé de igualdade com a Inglaterra (Ferreira 1992; Gomez 1980). Também se cria que, estando o país em guerra, se atenuava o antagonismo entre os atores políticos internos, reforçava o Partido Democrático e reforçava o regime (Teixeira 1996). Em geral, teriam sido estes os objetivos da ala “intervencionista”, dentro do Partido Democrático, contra os “não intervencionistas” no seio do governo e de outros partidos ou correntes (unionista, anarcossindicalista, monárquica), bem como dentro de alguns setores do Exército que consideravam a defesa das colónias o único motivo para mobilizar forças (Telo e Sousa 2016).
- 5 É neste contexto que pretendemos analisar a dimensão política do empenhamento de forças em Angola, com as expedições de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça. Neste artigo, avançamos com uma tese que ajuda a compreender a relação entre as dimensões política e militar das expedições de Alves Roçadas (1914) e de Pereira D'Eça (1915). A investigação indica que as expedições foram utilizadas para servir os objetivos políticos mais amplos do setor “intervencionista” do governo português como meio para conseguir a beligerância na Europa. A documentação existente sobre o tema no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Arquivo Histórico Militar permite uma leitura abrangente do problema em questão. Os relatórios, telegramas e cartas trocados entre os principais intervenientes, que complementaram as publicações oficiais dos relatórios de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça, foram essenciais para a nossa análise.
- 6 O nosso argumento baseia-se em três pontos de referência. Em primeiro lugar, o envio de uma expedição para Angola, onde, ao contrário de Moçambique, não havia confrontação militar, aumentava a probabilidade de criar um *casus belli* com a Alemanha, pelo qual Pereira D'Eça e o governador Norton de Matos tanto ansiavam.

Sendo consensual a defesa das colónias, mascarava-se facilmente o objetivo dos “intervencionistas”. Em segundo lugar, era essencial impor a soberania no Cuanhama para afastar qualquer pretensão alemã e britânica baseada na incapacidade em colonizar a região, que vinha desde o primeiro acordo anglo-alemão de 1898. Em caso de uma rápida solução para a guerra na Europa, que no final de agosto de 1914 era perfeitamente plausível, se Portugal não dispusesse de meios militares que lhe garantisse a rápida imposição da soberania em Angola, os britânicos e alemães podiam reclamar a incapacidade portuguesa em levar a cabo a sua ocupação efetiva. Em terceiro lugar, o governo português minimizava a influência alemã na região e demonstrava a Londres que o país tinha capacidade de mobilizar forças que poderiam ser utilizadas em apoio do esforço britânico contra a colónia alemã do Sudoeste Africano, caso fosse solicitado.

1. A ameaça anglo-alemã e o problema do Cuanhama

- 7 Desde finais da década de 1890 que a diplomacia portuguesa tentava afastar qualquer perigo de alienação das suas colónias junto das principais capitais europeias. Os ancoradouros e portos do sul de Angola vinham sendo alvo da cobiça dos colonos alemães, que chegaram a realizar uma expedição entre o *hinterland* do Sudoeste Africano Alemão e a costa do Atlântico para se assegurarem da importância do porto natural da Baía dos Tigres, de Porto Alexandre e do porto de Moçâmedes. Esta era uma questão ainda mais sensível para Lisboa devido a não estarem ainda definidas as linhas de fronteira e à grave crise financeira que o país atravessava. Como uma parte do crédito estava em mãos alemãs, não estava afastada a hipótese de uma reivindicação territorial em troca daquele crédito. Além do mais, por entre alguma elite económica e política alemã, circulava a ideia de poder utilizar as forças coloniais para ocupar a Baía dos Tigres a fim de garantir um acesso mais fácil ao Atlântico. Esta possibilidade poderia ser conjugada com a publicitação da incapacidade portuguesa em subjugar os povos do Cuamato e do Cuanhama, que habitavam a sul do Cunene. Também a possibilidade da construção de um caminho de ferro transafricano a ligar o Índico ao Atlântico, que garantisse aos bóeres uma saída para o mar em caso de guerra contra a Grã-Bretanha, era outro fator a ter em conta (Guevara 2005, 166-167; 274-179).
- 8 Assim, em Lisboa receava-se que o acordo anglo-alemão de 1898 se viesse a concretizar caso Londres apoiasse aqueles projetos alemães, devido à conjugação de duas condições: as ambições imperiais alemãs e britânicas, em que Angola e Moçambique desempenhavam um papel importante nas pretensões de ambos; e a grave situação financeira de Portugal, que tornava apetecível a concessão de crédito para mais tarde se utilizar como arma política para a concretização daqueles projetos. Porém, a sorte acabaria por estar do lado português, quando, em 1899, se iniciou a guerra Anglo-Bóer (Costa 1998). A importância estratégica do porto de Lourenço Marques para o esforço de guerra britânico daria a oportunidade a Portugal para pedir a reafirmação da aliança, que seria traduzida no Tratado de Windsor de 1904.
- 9 Aquela questão iria fundir-se com a questão da pacificação do Cuanhama, que podia representar uma razão objetiva para que Portugal fosse acusado de inaptidão colonial, enfraquecendo a sua posição de acordo com os resultados da Conferência de Berlim. Por conseguinte, desde finais do século XIX que a imposição da soberania no sul de Angola vinha sendo um dos objetivos que mais meios militares envolvia (Pelissier 1969, 141-142). Este facto atesta bem a dificuldade que a consecução daquele objetivo vinha acarretando, devido a recorrentes sublevações e a alguns desaires militares. Entre eles, o desastre de 25 de setembro de 1904, no vau Pembe

(no rio Cunene), marcaria de forma indelével o esforço militar em Angola. Aquele resultara de uma das operações de pacificação no Cuanhama, envolvendo uma coluna militar chefiada pelo capitão Pinto de Almeida, contra o povo Cuamato, que resultou em cerca de 300 baixas de um total de 500 efetivos. A notícia provocou enorme sentimento de revolta e comoção na metrópole e na colónia (Arrifes 2015).

10 O desaire tinha dado ao “gentio” “tanta força moral” e criava-lhe tanto “prestígio entre as tribos gentílicas” que a sua “ousadia não conhecia limites”. O “gentio” do distrito do Huila tornara-se mais “insolente e desdenhoso” do poder colonial, sendo necessário “aniquilar essa petulância”, que “manchava o [nosso] brio nacional”, e desfazer a “lenda do Cuamato” (Roçadas 1910). O desaire desencadeou também uma importante reflexão na *Revista Militar*. Num conjunto de artigos publicados em 1905 sob o título “A Questão do Cuanhama” (Costa 1905). A derrota no Pembe é referida como uma “nódoa” no prestígio militar de Portugal. Para a apagar era necessário consolidar a posição política de Portugal, que naquele momento estava profundamente abalada pelo desaire e sob o escrutínio das potências coloniais europeias quanto à sua capacidade de ocupar efetivamente o território. O autor refere-se essencialmente à incapacidade portuguesa em impor a soberania na região do Cuanhama, a partir de onde o “gentio” preparava razias em áreas controladas pelos portugueses e incentivava os povos submetidos a revoltarem-se. Para o autor, as sucessivas dificuldades em passar para sul do Cunene vinham tendo um efeito moralizador dos indígenas, que por essa razão se consideravam invencíveis.

11 Depois do desastre, o governador do distrito do Huila foi substituído pelo capitão Alves Roçadas, que, durante 1905 e 1906, levou a cabo um conjunto de operações militares e de relações públicas com algumas tribos para preparar uma campanha que alcançasse os resultados decisivos pretendidos por Lisboa (Roçadas 1910, 12-13). Lentamente, mas de forma sistemática, Roçadas foi estabelecendo acordos com líderes tribais para preparar o “golpe decisivo” a sul do rio Cunene. Em janeiro de 1907, recebeu do governador-geral de Angola a ordem para elaborar um projeto de operações com a finalidade de ocupar a margem esquerda do Cunene, vingar a derrota de 1904 no vau do Pembe e acordar a demarcação da fronteira sul com os alemães do Sudoeste Africano (*Ibidem*, 132). Entre agosto e outubro de 1907, Roçadas conseguiu instalar um conjunto de posições fortificadas que materializavam a presença portuguesa na região, pelo que foi aclamado em Angola e em Lisboa como um herói, tendo o seu regresso sido motivo de notícia da primeira página do *Diário Ilustrado* com o título “O Regresso dos Expedicionários”.¹

12 Considerando a situação política internacional relativa à rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, e ao papel que os territórios portugueses poderiam desempenhar num entendimento entre ambos, compreende-se a ânsia de Lisboa em submeter à soberania os povos a sul do Cunene. Este objetivo era considerado como um desígnio nacional ao servir para demonstrar a capacidade portuguesa em cumprir o acordo da Conferência de Berlim de 1885, que havia consagrado o princípio da ocupação efetiva em contraponto aos direitos históricos proclamados por Portugal. Aquele objetivo era também uma questão militar, já que as sucessivas operações efetuadas entre finais de século XIX e 1907 não tinham tido o resultado que se esperava. Por conseguinte, em dezembro de 1909, o novo governador do distrito do Huila, João de Almeida, projetou uma operação para ocupar o Cuanhama, que considerava ser a “única porta aberta aos alemães” em Angola (Almeida 1936). João de Almeida enfatizava a necessidade de executar uma “coluna de operações” devido à insistência, tenacidade e ostentação de força demonstradas pelas guerrilhas, que influenciavam as populações nos limites do Cuanhama, e de “marcar e garantir contra ambições estranhas” o que tinha sido definido em conferências internacionais como território português. Os alemães do Sudoeste Africano exerciam ações de propaganda no sul de Angola com relativa facilidade através das suas missões estabelecidas no Cuanhama e através das permanentes atividades de comércio, cujas

colunas eram protegidas por escoltas militares (*Ibidem*, 247).

- 13 Desde a criação da colónia do Sudoeste Africano que os colonos de origem alemã vinham estreitando relações económicas e políticas com colonos portugueses e com os bóeres que se tinham instalado no sul de Angola durante a guerra Anglo-Bóer. As relações entre os respetivos governos-gerais eram cordiais, ao ponto de serem autorizadas expedições conjuntas alemãs e portuguesas com fins científicos e económicos de interesse para ambos, embora os alemães evidenciassem uma certa predisposição para as liderar. Foi o caso da proposta da construção de uma linha de caminho de ferro entre Porto Alexandre e a colónia alemã, em 1913, que o governador Norton de Matos recusou por considerá-la uma ameaça aos interesses portugueses (Southern 2007). Nesta decisão não se deve excluir o conhecimento que Lisboa tinha acerca dos acordos anglo-alemães de 1898 e de 1913-1914.

2. A expedição de Alves Roçadas na estratégia “intervencionista”

- 14 Em outubro de 1913, alemães e britânicos assinaram um tratado que renovava os termos do acordo de 1898, renegociando a partilha das zonas de influência e alargando as bases da legitimidade para uma intervenção nos territórios portugueses. Aquelas potências assumiam que a desintegração dos territórios portugueses na África Austral era uma questão de tempo e a Grã-Bretanha seria a sua herdeira natural (Telo 1993, 87-88). A eclosão da Grande Guerra congelava o acordo, embora qualquer decisão rápida no teatro europeu mantivesse o mesmo nível de ameaça. Em Lisboa, o frágil governo liderado por Bernardino Machado, dividido quanto às modalidades de ação para participar no teatro europeu, tinha duas opções. A primeira, a posição dos “não intervencionistas”, era manter a neutralidade de Portugal, embora colaborante e sem a declarar, até que a Grã-Bretanha solicitasse o apoio. Ou seja, Portugal devia submeter-se à liderança estratégica do aliado porque aqueles sabiam que o Exército não estava minimamente preparado para um empreendimento militar na Europa. A segunda, a posição dos “intervencionistas”, dominados pelos radicais do Partido Democrático, era a de criar todas as expedientes para acelerar a beligerância do país ao lado da Grã-Bretanha e reforçar a sua posição política. Uma vez que se tinha mostrado conivente com a Alemanha na partilha das colónias portuguesas, a posição dos “intervencionistas” servia também para comprometer a Grã-Bretanha com Portugal contra a Alemanha (Telo e Sousa 2016, 49).
- 15 A 7 de agosto de 1914, o governo português, dirigido por Bernardino Machado, recebeu autorização do congresso para poder intervir militarmente na guerra. Dois dias depois, o embaixador britânico em Lisboa informava o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, que o seu governo achava precipitada qualquer atitude de Portugal que implicasse a beligerância. Por essa razão, Portugal deveria manter-se neutro, embora sem o declarar oficialmente, devendo prestar todo o apoio se solicitado por Londres em nome da aliança.² Três semanas depois, em consequência de um pedido do governo da África Central Britânica para cedência de armamento e munições, Portugal declarou a Londres que estava pronto para uma ação conjunta em África. Em resposta, o governo britânico afirmou que queria evitar qualquer comprometimento naquele momento, mas se as colónias fossem atacadas a Grã-Bretanha prestaria auxílio militar naval, devendo Portugal reservar o seu Exército e a Marinha na defesa da pátria.³
- 16 O pedido britânico para que Portugal permanecesse neutral deixava muitas dúvidas quanto à dignidade internacional da República (Teixeira 1996, 122). Por conseguinte, havia nos círculos “intervencionistas”, nos quais se incluíam, entre outros, o ministro da Guerra, Pereira D’Eça, e o governador-geral de Angola, Norton de Matos, a vontade de forçar uma posição ao lado da Grã-Bretanha para gerar um

movimento de patriotismo em torno do governo que o reforçasse politicamente. Do outro lado, os “não intervencionistas”, liderados por Freire de Andrade, não pretendiam forçar qualquer atitude beligerante a não ser a pedido da Grã-Bretanha, dado que consideravam que a situação do Exército não permitia qualquer empenhamento significativo no teatro europeu. Por essa razão, tal como Telo e Sousa referem, os “intervencionistas” forçavam a beligerância para que a Grã-Bretanha fosse fiel à aliança e deixasse de ser ela também uma ameaça às colónias. Contudo, para que a sua estratégia tivesse êxito, era necessário convencer a população de que a beligerância tinha surgido em resposta a um pedido aliado (Telo e Sousa 2016, 48-50).

17 Dadas as circunstâncias que se deparavam a Lisboa, consideramos que o envio de forças para África servia melhor os interesses dos “intervencionistas”, por duas razões principais. Em primeiro lugar, podia cumprir-se o ambicionado objetivo de ocupação do Cuanhama e proceder à pacificação da região, que falhava desde finais do século XIX. Também não se pode esquecer que, no início de setembro de 1914, a França estava no limiar da derrota, sendo necessário enviar rapidamente forças para África antes que qualquer decisão na Europa fizesse renascer os fantasmas do acordo anglo-alemão. Em segundo lugar, enviar forças para Angola fazia aumentar a probabilidade de confronto com os alemães, contribuindo para que Portugal abandonasse o estatuto de neutralidade, mesmo reconhecendo a falta de preparação do Exército. Em qualquer dos casos, sacrificava-se o Exército para que os “intervencionistas” alcançassem os seus objetivos.

18 Assim, não é de estranhar que, em 18 de agosto, o general Pereira D'Eça convidasse o tenente-coronel Alves Roçadas para comandar uma expedição a Angola, “em face da situação internacional” (Roçadas 1919, 88). Logo em 11 de setembro, o corpo expedicionário marchava para o cais efusivamente saudado por uma multidão, conforme noticiava o jornal diário *A Capital*.⁴ Alves Roçadas era a escolha acertada para galvanizar a população no apoio ao esforço de guerra em África, devido ao reconhecimento do seu valor militar contra os Cuamatos em 1906-1907. Sendo também um reconhecido monárquico, valorizava-se a decisão do envio da expedição e minimizavam-se as críticas dos setores do Exército em relação à opção pela beligerância. Por conseguinte, estava dado um passo importante para que a população se entrincheirasse em torno do governo, contribuindo decisivamente para a estratégia “intervencionista”.

19 Em certa medida, aquela situação explica o curto espaço de tempo entre a decisão política e o embarque das forças. Mas era também uma jogada do ministro da Guerra a caminho da beligerância, que nessa altura transmitiu ao ministro francês em Lisboa que Portugal não poderia ficar alheado da guerra na Europa e que dispunha de “sessenta mil homens em pé de guerra” prontos a serem enviados para a Europa.⁵ Não sendo de todo verdade, era um expediente para que a França convencesse os britânicos a aceitarem a beligerância portuguesa. Porém, a Grã-Bretanha sabia que os radicais pretendiam usar a participação na guerra para se consolidarem no poder através da aceitação internacional da República e do pedido de apoio financeiro e económico. Por essa razão, colocava sérias reservas ao envio de uma força expedicionária para França, que sabia ter de apoiar financeiramente sem qualquer vantagem militar. A França, por seu lado, pretendia a beligerância portuguesa para contrabalançar a ambiguidade britânica quanto ao entendimento com os alemães em relação às colónias portuguesas. Apoiava as posições radicais dos “intervencionistas” de forma a comprometer a Grã-Bretanha, que desejava inimiga da Alemanha (Telo e Sousa 2016, 40-41).

20 Uma outra explicação, embora complementar, é baseada nas instruções dadas pelo ministro das Colónias a Alves Roçadas: posicionar forças em Angola e rapidamente aumentar o efetivo da guarnição a fim de evitar qualquer invasão por parte dos alemães; evitar que o território pudesse ser palco de combates entre alemães e

britânicos; e dispor de forças que pudessem auxiliar a Grã-Bretanha em caso de necessidade.⁶ Impor a soberania portuguesa ao “gentio” que se sublevasse por vontade própria ou por influência alemã, e ainda mais num momento em que britânicos e alemães já combatiam na África Austral, era uma missão que vinha sendo executada desde o início do século e era de amplo consenso nacional e militar. Havia também a hipótese de os alemães invadirem o planalto do Huíla, fosse devido a uma retirada forçada pelas forças anglo-sul-africanas ou para que o pudessem reclamar se a guerra na Europa se decidisse em breve.⁷

21 Seja como for, Roçadas considerava como primeira hipótese para o seu projeto de operações assegurar a ordem pública e a integridade da colónia em face da situação na Europa. Esta hipótese fora concebida porque os povos cuanhama e cuamato estavam em sublevação permanente, colaboravam com os alemães e mantinham-se indiferentes às autoridades portuguesas.⁸ Sendo uma missão essencialmente defensiva, Alves Roçadas não poderia planear nenhuma ação que pudesse provocar qualquer incidente internacional, do qual viesse a ser acusado pela Alemanha e pela Grã-Bretanha.⁹ Nenhuma das fações queria ser acusada de forçar a beligerância, mas a ambiguidade da missão de Roçadas saiu reforçada devido ao facto de as suas forças terem sido atribuídas ao governador-geral, Norton de Matos, que era um dos mais acérrimos defensores da intervenção de Portugal na guerra.

22 Em Angola, Norton de Matos cumpria o estratagema “intervencionista”, minimizando a importância das instruções recebidas do ministro para não criar situações embaraçosas com os alemães. Propôs a instauração do estado de sítio no distrito da Huíla, sabendo que essa decisão provocaria situações embaraçosas devido ao movimento contínuo de entrada e saída de alemães em Angola por razões comerciais, que podia ser facilmente explorado como um ato de agressão. Em 16 de setembro de 1914, relatava ao ministro que os alemães poderiam chegar ao planalto central antes de a expedição liderada por Roçadas estar em condições de iniciar as operações militares, originando uma situação de confrontação direta desvantajosa para Portugal, dado o apoio que aqueles obteriam da população cuanhama.¹⁰ A 12 de outubro, notificava o ministro que tinha informações de que a população europeia e os indígenas da colónia alemã tinham sido mobilizados por receio de que a expedição fosse uma atitude beligerante contra a Alemanha devido à aliança Luso-Britânica.¹¹

23 O incidente de 19 de outubro em Naulila, que resultou na morte de quase todos os membros de uma patrulha alemã, inclusive o administrador de Outjo, Hans Schultze-Jena, viria a agravar o ambiente de tensão no sul de Angola. Quando soube do sucedido, Norton de Matos ordenou a Roçadas que se deslocasse o mais rapidamente para sul para fazer face à possibilidade de um ataque alemão.¹² A situação militar inicial, que tinha sido a referência para o plano de Alves Roçadas, alterava-se drasticamente. Embora os alemães tivessem ordenado aos seus governadores nas colónias que se mantivessem na defensiva, que era a medida mais prudente em face do corte de comunicações entre a Alemanha e as colónias,¹³ Alves Roçadas teve de orientar o seu esforço num combate de encontro com os alemães, que considerava ser o “caminho da honra e, ao mesmo tempo, das conveniências militares e políticas” (Roçadas 1919, 144). O relatório, editado em 1919, evidencia nesta passagem que a razão principal para enviar a expedição para Angola poderia ser o combate com os alemães, embora Roçadas não o admitisse como muito provável quando elaborou o seu projeto. Numa carta enviada a 25 janeiro de 1915 ao ministro das Colónias, Roçadas refere que estava convencido que não iria defrontar os alemães, razão pela qual assumiu o comando da expedição com meios que considerava insuficientes para aquele fim.¹⁴

24 A 31 de outubro, os alemães adiantaram-se e vingaram Naulila, atacando o posto do Cuangar e outros postos de fronteira. A 18 de dezembro de 1914, os alemães atacaram as forças de Alves Roçadas ancoradas no forte de Naulila, para onde se haviam deslocado para impedir a tão temida “invasão”. A surpresa veio da violência,

dos meios empregues e da incapacidade portuguesa em manter a posição, que teve de retrair o dispositivo cerca de 300 quilómetros (até ao Lubango). Roçadas tinha planeado uma campanha baseado na premissa de que a imposição de soberania no Cuanhama era suficiente para precaver qualquer tentativa alemã no sul de Angola.¹⁵ A sua missão era ambígua e não respondia à situação que poderia encontrar em Angola, dando oportunidade à crítica em setores “não intervencionistas” no Exército. Num artigo publicado na *Revista Militar* em 1915, um autor que se identifica apenas pelas iniciais E. B. – muito provavelmente com receio de qualquer consequência pelo teor do artigo – critica a expedição por causa da impreparação das tropas quanto à missão mais provável: a confrontação com os alemães em Angola. O autor refere que o envio de tropas para África era o resultado de quem queria a guerra na Europa e a tinha encontrado em África. A Ordem do Exército que definia a missão da expedição para Angola como “guarnecer as fronteiras” era uma missão incompleta porque não se tinha pensado no “perigo alemão”. Além do mais, o facto mais relevante tinha sido a imprevidência de quem tinha ordenado a operação, que mercê do estado do Exército era o mesmo que preparar de “antemão uma derrota”.¹⁶

25 A defesa das colónias era um assunto central para Portugal entrar na guerra na Europa, que era bem explorado por João Chagas, ministro em Paris e figura de topo da ala “intervencionista”. Não conhecemos nenhuma evidência da influência de Chagas junto dos editores dos jornais franceses, mas sendo França favorável à beligerância portuguesa, Chagas atuava num campo extremamente favorável. Logo em agosto de 1914, informava Lisboa que o jornal *Echo de Paris* referia que as expedições a Angola e a Moçambique eram o resultado da vontade do governo português de se envolver militarmente contra os alemães.¹⁷ Enviava com regularidade *clips* de jornais franceses que noticiavam que não se compreendia muito bem como é que Portugal não era beligerante, mesmo estando em confronto direto com os alemães em África.¹⁸ No seu diário, critica o facto de o governo ter enviado “irrisórias expedições de mil homens” para Angola e Moçambique, mais preocupado em “acalmar o espírito belicoso do país” do que em proteger a República (Chagas 1929, 4-6).¹⁹ Achava inconcebível que, depois do ataque a Naulila, o ministro alemão ainda se mantivesse em Lisboa ou não lhe tivessem sido retirados os passaportes (*Ibidem*, 7-8).²⁰ Era sua ideia que para Angola e Moçambique deveriam ter partido expedições com muitos mais homens de forma a que o confronto com os alemães não deixasse qualquer hipótese de desaire e que isso era motivo suficiente para que Portugal se tornasse beligerante.

26 Aquela era também a ideia do ministro de Portugal em Bruxelas, Alves da Veiga,²¹ lembrando ao ministro Freire de Andrade que desde o início de setembro de 1914 os alemães consideravam Portugal como inimigo. Depois do ataque alemão a Naulila, Portugal não se devia limitar a “repelir os seus ataques, [mas] antes tomar uma ofensiva enérgica e penetrar nos seus territórios, como [estavam] fazendo os ingleses e franceses nos Camarões e na Guiné Equatorial”.²³ Tal como o jornal *O Século* noticiava, ao enviar uma expedição militar para Angola “era difícil evitar o que, finalmente, muitos já haviam previsto: a guerra contra a Alemanha”.²⁴ Assim, orientar-se na possibilidade de um confronto direto com os alemães satisfazia claramente a estratégia “intervencionista”, embora a entrada na guerra na Europa não dependesse de Portugal, mas da sua aceitação pela Grã-Bretanha.

3. A pacificação do Cuanhama: a oportunidade de Pereira D'Eça

27 Como referido anteriormente, o incidente de Naulila, ocorrido a 19 de outubro de 1914, catalisaria a desconfiança que os alemães tinham em relação à neutralidade de Portugal, uma vez que a movimentação de tropas para Angola e para Moçambique

indiciava que Portugal se preparava para apoiar militarmente os britânicos (Africanus 2012, 31-32; Casimiro 1922, 72-73). Por esse motivo, a patrulha alemã envolvida no incidente tinha como missão contactar os comerciantes bóeres para obter informações acerca da magnitude das forças de Alves Roçadas chegadas a Angola.²⁵ Os alemães desconfiavam que Lisboa assumiria a beligerância ao lado dos britânicos, o que lhes criava um problema em relação às suas linhas de comunicações com o exterior, que estavam dependentes dos portos de Angola, e a abertura de uma outra frente de combate. Por conseguinte, as autoridades alemãs no Sudoeste Africano decidiram a ação militar sobre as tropas portuguesas (em Naulila) logo no dia 25 de outubro, por considerarem que o incidente era a evidência de que Portugal tinha decidido lutar ao lado dos britânicos e que abririam a frente norte.²⁶ Aproveitariam a janela de oportunidade surgida com a revolta bóer contra o governo sul-africano, que tinha desviado parte significativa das suas forças (cf. Barroso 2015).

28 Em Portugal, a máquina de propaganda “intervencionista” cumpria o seu papel de agregar a opinião pública em torno dos que queriam a beligerância a todo o custo. O diário lisboeta *A Capital* vinha noticiando a expedição a Angola com regularidade quase diária desde meados de setembro de 1914, fazendo a descrição de alguns incidentes de fronteira e das pretensões alemãs em relação ao Sul de Angola. Em finais de dezembro, depois do combate de Naulila, o jornal levava a situação em Angola à primeira página para diabolizar as ações alemãs e valorizar o soldado português. A 30 de dezembro, refere que o ataque alemão tinha sido traiçoeiro e noticia que Alves Roçadas retirou para o planalto central por razões estratégicas. Essas razões eram o receio de que os alemães pudessem envolver as forças portuguesas e controlar o planalto central. Para o diário *O Século*, o ataque a Naulila não tinha sido resultado do incidente de outubro, mas um objetivo já planeado pelos alemães para quando se iniciasse a guerra na Europa. Descrevendo o combate de Naulila, com base numa entrevista a um militar participante, aquele diário relevava a carga do esquadrão de cavalaria comandado pelo tenente Aragão, que teria causado dezenas de baixas alemãs, e minimizava a retração do dispositivo para o Lubango.²⁷

29 Aquelas notícias contrastavam com a realidade no terreno, que Roçadas descrevia como deplorável. Qualificou o comportamento da maioria dos soldados em Naulila como de um “perfeito rebanho” com “ausência completa de solidez militar”, que tinha comprometido a missão. O seu desânimo foi tal que apresentou a sua demissão a Norton de Matos, que prontamente a rejeitou, justificando que uma mudança de comando era “altamente inconveniente” naquele momento e que o governo da República e o povo português o tinham em grande consideração.²⁸ Assim, no início de janeiro de 1915, Roçadas iniciou o processo de reorganização das forças e começou a elaborar uma sequência do seu projeto de operações. Considerava que não valia a pena iniciar qualquer operação de imediato, dada a condição das forças e não haver a certeza de que os alemães tivessem já abandonado Angola. Propunha que se reforçasse o dispositivo para se atingir um efetivo de 15 mil homens e colocar essas forças à disposição de Louis Botha em apoio ao esforço aliado contra os alemães do Sudoeste Africano. Porém, as tropas que chegavam revelavam falta de treino, falta de robustez física e psicológica necessárias para combater em África e falta de material, para além de as unidades chegarem já incompletas.²⁹ Tal como sucedera em setembro do ano anterior, o importante era enviar o máximo de efetivos e o mais rapidamente possível. Tal como Chagas refere no seu diário, um batalhão de Infantaria 8 tinha embarcado para Angola ao som de “vivas à Pátria, à República”. Também de outros pontos do país lhe chegavam notícias de que o “espírito patriótico” não havia sido abalado pelo desaire e pela crise política (Chagas 1929, 23-24).³⁰

30 No final de janeiro de 1915, em resultado do “movimento das espadas”, o presidente Manuel de Arriaga convidou Pimenta de Castro para formar governo. Como “não intervencionista”, acabou com a mobilização da “Divisão Auxiliar” e

prosseguiu com o reforço do dispositivo em Angola para desviar os recursos militares da Metrópole. Pretendia alinhar com a Grã-Bretanha, mas não iria forçar a beligerância. Para enfraquecer os “intervencionistas”, em fevereiro de 1915, Pimenta de Castro designou o general Pereira D’Eça como governador-geral e comandante das forças em Angola, afastando um dos mais aguerridos “intervencionistas” da vida política de Lisboa (Telo e Sousa 2016, 66-67). Iria substituir Roçadas no comando de cerca 11 mil homens, maioritariamente localizados em Moçâmedes e no planalto central, mal preparados, mal equipados e com os quadros desmoralizados. Roçadas mantinha como objetivo principal a imposição da soberania e a ocupação do Cuanhama, desde que os alemães não indicassem qualquer intenção belicosa. Por essa razão, preconizava uma estreita ligação com os sul-africanos para troca de informações e ações combinadas.³¹

31 Seja como for, Pereira D’Eça tinha algumas dúvidas quanto à situação em Angola, uma vez que não sabia quais eram os objetivos da Grã-Bretanha e da União da África do Sul quanto à presença alemã na Damaralândia. Ainda em Lisboa, Pereira d’Eça não obteve nenhuma orientação política para a operação por parte do ministro das Colónias, almirante José Teixeira Guimarães, para além da necessidade de desagrarar o mais amplamente possível a honra nacional (D’Eça 1921, 6). Assim, elaborou um projeto de operações considerando duas ameaças ao sucesso da operação: os alemães, que não tinham explorado o sucesso de Naulila; e as populações do Cuamato e do Cuanhama, que, assistindo à derrota dos portugueses e armados e influenciados pelos alemães, tentariam impedir os portugueses de imporem a soberania na região. Definiu como objetivos da campanha a reocupação do território abandonado, sufocar a rebelião, fazer face a possíveis reinvestidas alemãs ou vingar Naulila, e estar preparado para apoiar o esforço sul-africano no caso de as forças alemãs se refugiarem no sul de Angola. Quando apresentou o seu projeto de operações ao ministro, este deixou bem claro que qualquer ação contra os alemães teria sempre de submeter-se ao escrutínio de Lisboa (*Ibidem*, 30-31). O ministro sabia que Pereira D’Eça não enjeitaria nenhuma oportunidade de confronto com os alemães e, por essa razão, definiu-lhe como objetivo o restabelecimento do prestígio perdido junto das populações do sul e leste de Angola, sugerindo que reprimisse pela “força das armas e com o máximo rigor a insurreição dos indígenas” (*Ibidem*, 95).

32 Apesar de Pimenta de Castro querer evitar a beligerância a todo o custo, Pereira D’Eça tinha outros planos. Chegou a Angola a 1 de abril, prevendo iniciar as operações a 1 de maio se as requisições que já efetuara para minimizar os problemas relatados por Roçadas fossem satisfeitas. Adaptou o projeto de operações à situação que encontrou e selecionou a região do Humbe como o ponto nevrálgico do dispositivo militar, por estar incluído na linha defensiva do Cunene e ser um nó de comunicações central na região. Considerava necessário acelerar a projeção das forças para o Humbe devido à pressão britânica a sul, que empurraria os alemães para a fronteira, onde as populações os apoiavam, e de onde podiam expandir as operações até ao planalto de Moçâmedes (D’Eça 1921, 8). Colocava a possibilidade de executar uma ação ofensiva sobre a Damaralândia, que considerava um “valioso concurso” aos “aliados sul-africanos”.³² Assim, em vez de dividir as suas forças e ocupar a maior área possível a sul do Cunene, como convinha à pacificação e imposição da soberania, organizou uma coluna para manter o máximo potencial de combate para fazer face à ameaça alemã (*idem*, 7-8). Não podia correr o risco de sofrer uma nova derrota contra os alemães nem permitir que os indígenas pudessem ameaçar o movimento.

33 Quando apresentou o plano ao ministro das Colónias, este definiu claramente a linha “não intervencionista” do governo, na forma de uma inequívoca declaração: “Portugal não é neste momento beligerante”. Porém, se os alemães cruzassem a fronteira de Angola com forças organizadas e com propósito belicista então as suas

tropas seriam tratadas como “inimigos sujeitos às leis da guerra”.³³ A diferença de posturas entre D’Eça e o ministro das Colónias é claramente expressa num telegrama seu, datado de 30 de março, em que refere que a questão da pacificação é secundária em relação ao perigo alemão. Essa era uma “*questão importante*” a resolver num futuro próximo, resultado do movimento de tropas alemãs para junto da fronteira ou para o interior de Angola. Não propunha esta prioridade por causa de qualquer “preocupação de beligerância com a Alemanha”, mas para estar preparado para “levantar o prestígio e a dignidade nacional”.³⁴ A este telegrama, o ministro Teixeira Guimarães não deu qualquer resposta, pelo que D’Eça manteve as suas prioridades quando organizou as colunas de operações (*Idem*, 17).

³⁴ Devido a atrasos de preparação, só em meados de junho é que D’Eça teve condições para implementar o seu projeto de operações, estando em Lisboa já um novo governo, agora “intervencionista”, liderado por João de Castro, que substituíra João Chagas, e com Norton de Matos no Ministério da Guerra. O contexto político interno mudara substancialmente e P. D’Eça podia agora mais livremente escolher os alemães como o seu principal opositor. Em junho de 1915, no momento decisivo da guerra com os alemães do Sudoeste Africano, o embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa pediu autorização ao homólogo português para se ligar ao governador-geral de Angola, com a finalidade de coordenar operações militares futuras. Esta era uma oportunidade que não deveria ser desperdiçada, pelo que o embaixador português em Londres aconselhava a elaboração de um plano de ataque a apresentar aos britânicos quando as forças portuguesas estivessem prontas para a sua execução. O governo estava agora firmemente resolvido a tomar a ofensiva contra os alemães e a invadir sem demora território do Sudoeste Africano Alemão.³⁵ Afinal, Portugal tinha agora um aguerrido “intervencionistas” a liderar as forças em Angola.

³⁵ Com Pereira D’Eça no comando, sabia-se que a possibilidade de confronto direto com os alemães era uma questão de tempo. Em maio de 1915, um artigo na *Revista Militar* analisava a situação militar em Angola referindo que a missão atribuída às forças que estavam sob comando de D’Eça era ainda desconhecida, porque ainda ninguém o tinha dito. O autor contrariava os que consideravam que a missão das forças em Angola fosse a ofensiva contra os alemães, porque o problema militar era a sublevação dos indígenas. Qualquer ação militar contra o Sudoeste Alemão tinha de ter em consideração o papel de Portugal na guerra na Europa, porque, oficialmente, o país não estava a guerra com a Alemanha.³⁶ No início de julho, poucos dias depois da chegada da coluna militar ao Humbe, Pereira D’Eça recebeu um telegrama a informar da rendição das tropas alemãs a Louis Botha. Esta informação, conforme referido no seu relatório, era a “notícia mais desagradável que em toda a campanha lhe chegou”, ficando “só em campo o gentio” (*Idem*, 21-22). Afinal, um dos seus principais objetivos, que era provocar uma confrontação com os alemães que contribuísse para a estratégia “intervencionista” deixava de ser possível. Concentrou-se então nas operações de pacificação, tendo combatido uma batalha decisiva para a pacificação do Cuanhama na região da Môngua, entre 19 e 21 de agosto de 1915.

³⁶ Pereira D’Eça perdeu a sua oportunidade, mas o esforço pode não ter sido em vão. O novo governo em Lisboa tinha agora como estratégia convencer a Grã-Bretanha em declarar o estado de guerra tendo em conta as agressões sofridas em Moçambique e Angola (Telo e Sousa 2016, 84). O envio das expedições, que a Alemanha considerou um ato ofensivo, bem como o sucedido em Angola, seriam indicados na declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916. A declaração referia que a permissão dada pelos portugueses à passagem de tropas britânicas por Moçambique e as expedições a África tinham sido “dirigidas contra a Alemanha” e que, em virtude do incidente de Naulila a 18 de outubro, as tropas alemãs do Sudoeste Africano tinham atacado a guarnição portuguesa por pensarem que Portugal estava em “estado de Guerra com o Império Alemão”, tal tinha sido a contribuição para o esforço de guerra britânico.³⁷

4. Conclusões

37 Tal como se pretendeu evidenciar neste texto, o envio da expedição a Angola liderada por uma figura de topo do Exército, como era o caso de Alves Roçadas, imediatamente a seguir ao início da guerra na Europa e sem qualquer cuidado na preparação da mesma, revela uma atitude claramente “intervencionista” do governo português. Para manter e reforçar o poder, os radicais do governo sacrificaram o Exército para justificar a entrada na guerra. Ao fazê-lo, pretendiam demonstrar aos britânicos que o Exército tinha capacidade para mobilizar milhares de homens num curto espaço de tempo e que tinham o apoio incondicional da população. Só assim se explica a impreparação da força a todos os níveis e a enorme confusão em relação aos objetivos e regras de empenhamento da expedição de Alves Roçadas. Além do mais, mesmo não sendo os alemães considerados como a ameaça principal, o facto de movimentar milhares de homens para a fronteira sul de Angola aumentava a probabilidade de confrontação direta.

38 Em termos políticos, a expedição deve ser considerada como um meio pelo qual parte dos “intervencionistas” no governo português, especialmente Pereira D’Eça e Norton de Matos, pretendiam catalisar a beligerância de Portugal no teatro europeu. Enviar uma expedição a Angola, onde não havia qualquer confronto militar direto com os alemães, aumentava a probabilidade de confrontação direta. Como combater em defesa das colónias era unanimemente aceite, os “intervencionistas” podiam mascarar o seu objetivo, que era fazer a opinião pública acreditar que a beligerância era o resultado do apoio que Portugal dava aos britânicos em África. Na dimensão militar, a expedição a Angola era utilizada para resolver a falta de eficácia das anteriores campanhas de pacificação no Cuanhama, as quais estavam ligadas a um objetivo mais abrangente: demonstrar capacidade de ocupação efetiva do território para impedir que pudesse ser reclamado por alemães e ingleses no caso de uma rápida solução da guerra na Europa. Apesar de o objetivo da expedição de Alves Roçadas ser, oficialmente, a pacificação e manutenção da ordem pública, o facto é que o movimento de forças de Lisboa para Angola e a sua concentração a sul indicavam uma postura ofensiva de Portugal e que se juntaria ao esforço de guerra britânico. Os alemães não eram uma ameaça militar para Angola, mas as medidas de Norton de Matos e a ocorrência do incidente de Naulila aumentaram a predisposição alemã para o confronto militar direto. Se dúvidas houvesse em relação aos objetivos dos “intervencionistas” em Angola, a troca de telegramas com o ministro das Colónias em considerá-los como a verdadeira ameaça atesta bem o seu objetivo.

39 A campanha em África foi subsidiária em relação ao teatro europeu na Flandres, mas o setor “intervencionista” sabia que, criando expedientes que consumassem o confronto militar em Angola, aumentava-se a probabilidade de uma declaração de guerra da Alemanha e deixava-se os britânicos com menos escusas para recusar a beligerância de Portugal. A retração do dispositivo depois da derrota de Naulila evidencia quão pobre foi a preparação da campanha, a falta de qualidade das tropas, de equipamentos, de condições e a ineficácia das campanhas de imposição de soberania anteriores. Porém, mesmo assim, servia perfeitamente para os intentos dos “intervencionistas”, que podiam acusar a Alemanha de mais uma agressão e contribuir dessa forma para que a opinião pública defendesse a participação na guerra. Valeu tudo para provocar os alemães e obrigar os ingleses a aceitarem a consumação da beligerância portuguesa.

Bibliografia

Africanus, Historicus (2012). *Der 1. Weltkrieg in Deutsch-Sudwestafrika 1914/15: Naulila*. 2º Band. Vorwort von Volker Lohse. Windhoek: Glantz & Gloria Verlag.

- Almeida, Genipro da Cunha D'Eça e (1915). "A Situação Militar em Angola". *Revista Militar*, 5, pp. 322-341.
- Almeida, João de (1936). *Sul de Angola: Relatório de um governo de distrito (1908-1910)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.
- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Arrifes, Marco Fortunato (2015). "Pembe: o Império empalideceu de medo, fúria e vergonha", in C. F. Afonso, V. L. Borges (coord.), *Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Coleção Ares. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 121-149.
- Baericke, Max E. (1981). *Naulila: Erinnerungen eines Zeitgenossen*. Swakopmund: Gesellschaft für Wissenschaftliche Entwicklung und Museum.
- Barroso, Luís (2015). "A Primeira Guerra Mundial em Angola o ataque preemptivo a Naulila". *Relações Internacionais*, 47, pp. 127-148.
- Cann, John P. (2010). "Angola and the Great War". *Small Wars & Insurgencies*, 12 (1), pp. 144-165.
DOI : 10.1080/714005375
- Casimiro, Augusto (1922). *1914 Naulila*. Lisboa: Seara Nova.
- Chagas, João (1929). *Diário de João Chagas, 1915-1916-1917*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Costa, Eduardo da (1905). *Revista Militar*, 9, pp. 734-741 (Disponível em <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=339296&img=13174>)
- Costa, Fernando (1998). *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: Política Externa e Opinião Pública (1899-1902)*. Lisboa: Cosmos.
- D'Eça, General Pereira (1921). *A Campanha do Sul de Angola em 1915: relatório do General Pereira D'Eça*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência de Paz (Paris 1919)*. Lisboa: Quetzal.
- Freire, Miguel (2015). "Naulila – Quando o inimigo ainda não o era, mas já se combatia", In *Atas do Colóquio Internacional A Grande Guerra – Um Século Depois*. Lisboa: Academia Militar, pp. 201-235.
- Gomez, Hipólito de la Torre (1980). *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha. 1913-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Guevara, Gisela (2005). *As Relações entre Portugal e a Alemanha em Torno da África. Finais Século XIX e Inícios do Século XX*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- L'Ange, Gerald (1991). *Urgent Imperial Service: South African Forces in German South West Africa, 1914-1915*. Rivonia: Ashanti Publishing.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomo I. Lisboa. (disponível em http://www.idiplomatico.pt/Ebooks/Portugal_na_Primeira_Guerra/Volume1/mobile/index.html#p=1)
- Pelissier, René (1969). *Campagnes Militaires au Sud-Angola (1885-1915)*. Paris: Cahiers d'Études Africaines.
DOI : 10.3406/cea.1969.3153
- Roçadas, J. A. Alves (1910). *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Roçadas, J. A. Alves (1919). *Relatório sobre as Operações do Sul de Angola em 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Southern, Paul (2007). "German border incursions into Portuguese Angola prior to the First World War". *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (1), pp. 3-14.
DOI : 10.1386/pjss.6.1.3_1
- Teixeira, Nuno Severiano (1996). *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, António (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898-1948)*. Porto: Edições ASA.
- Telo, António; Sousa, Pedro Marquês (2016). *O CEP – Os Militares Sacrificados pela Má Política*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

Notas

- 1 *Diário Ilustrado*, 12 de dezembro de 1907.

2 Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Tomo I, Lisboa, 1995, telegrama de 4 de agosto, pp. 15-16. (disponível em http://www.idiplomatico.pt/Ebooks/Portugal_na_Primeira_Guerra/Volume1/, consultado a 11 de dezembro de 2017).

3 *Ibidem*, telegramas de 26 e 27 de agosto, pp. 48-50 (disponível em http://www.idiplomatico.pt/Ebooks/Portugal_na_Primeira_Guerra/Volume1/, consultado a 11 de dezembro de 2017).

4 Notícia do jornal diário *A Capital* em primeira página, intitulada “As Forças Expedicionárias partem para África e o povo de Lisboa, saudando-as com entusiasmo, mostrou uma vez mais o seu amor à Pátria e à República”, 11 de setembro de 1914.

5 Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Tomo I, pp. 62-63 (telegrama de Teixeira Gomes para Pereira D’Eça a 15 de setembro de 1914).

6 Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército (doravante AHM) – 2ª Divisão, 2ª Secção (Angola), Caixa 21, Documento 2: Instruções do Ministro das Colónias para o Comandante da Expedição a Angola, 10 de setembro de 1914.

7 AHM – 2ª Divisão, 2ª Secção (Angola), Caixa 21: Instruções do Ministro das Colónias para o Comandante da Expedição a Angola, 10 de setembro de 1914.

8 *Idem*: Expedição a Angola. Projeto de Operações, 7 de setembro de 1914.

9 *Idem*: Instruções do Ministro das Colónias para o Comandante da Expedição a Angola, 10 de setembro de 1914.

10 Arquivo Histórico Diplomático (doravante AHD) – 3º Piso, Armário 7, Maço 14, Pasta Nº 54: telegrama do Governador-geral de Angola, 16 de setembro de 1914.

11 *Idem*: telegrama do Governador-geral de Angola, 12 de outubro de 1914.

12 *Idem*: telegrama do Governador-geral de Angola, 21 de outubro de 1914.

13 *Idem*: telegrama do ministro de Portugal em Haia, 14 de janeiro de 1915.

14 AHM – 2ª Divisão, 2ª Secção (Angola), Caixa 24, Documento 14: relatório enviado por Alves Roçadas ao ministro das Colónias, provavelmente Pimenta de Castro, que assumira interinamente o cargo entre 25 de janeiro e 28 de janeiro de 1915 (Projeto de Campanhas futuras), 25 de janeiro de 1915.

15 *Idem*.

16 E. B., “Sul D’Angola: os Alemães invadindo a Província”, *Revista Militar* nº 1 (1915), pp. 19-41.

17 AHD, 3º Piso, Armário 7, Maço 14, Pasta Nº 54: recorte do jornal *Echo de Paris*, intitulado “Les Colonies Allemandes d’Afrique”, 17 de agosto de 1914.

18 *Idem*: recortes dos jornais *Le Figaro*, *Echo de Paris*, *New York Herald*, *Daily Mail*, *Petit Parisien*, *Temps*, entre outros.

19 Entrada de 2 de janeiro de 1915.

20 Entrada de 4 de janeiro de 1915.

21 Que seria ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de João de Castro.

Para citar este artigo

Referência do documento impresso

Luís Barroso, « A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D’Eça na estratégia intervencionista », *Ler História*, 72 | 2018, 129-149.

Referência eletrónica

Luís Barroso, « A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D’Eça na estratégia intervencionista », *Ler História* [Online], 72 | 2018, posto online no dia 26 junho 2018, consultado no dia 18 fevereiro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lerhistoria/3524> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.3524

Autor

Luís Barroso

Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, Portugal

barrosolfm@gmail.com

Direitos de autor



Ler História está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.